

por meio de publicação no Boletim Eletrônico da PMSC; XIV - deliberar sobre aprovação, priorização, suspensão e cancelamento de projetos de TI, estabelecendo prazo para apresentação das estimativas dos projetos.

Art. 7º. A Comissão de Governança Digital da PMSC reunir-se-á, de forma ordinária, mensalmente e, de forma extraordinária, quando convocado pelo seu Presidente.

§ 1º As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial, por videoconferência ou mistas.

§ 2º O aviso de convocação das reuniões será remetido, por correio eletrônico, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, e conterá a pauta dos temas e das deliberações.

§ 3º De toda reunião será lavrada Ata, contendo o nome dos presentes, dos ausentes e devidas justificativas, a ordem do dia, resultados de eventuais votações e os votos de cada participante e demais assuntos correlatos.

§ 4º A avaliação e a manifestação dos presentes a respeito da Ata será considerado em prazo máximo de 05 dias, momento em que o conteúdo será entendido como aceito tacitamente e proceder-se-á à coleta de assinaturas.

Art. 8º As reuniões deliberativas da Comissão serão instaladas com, no mínimo, a presença da maioria absoluta dos seus integrantes votantes.

Art. 9º. As deliberações serão tomadas por maioria simples do voto dos membros, presente a maioria absoluta.

§ 1º Nenhum integrante poderá escusar-se de votar, salvo nos casos de suspeição.

§ 2º Ao Presidente caberá o voto de desempate, além do voto ordinário.

§ 3º Após o voto de todos os integrantes, o Presidente da reunião declarará encerrada a votação e proclamará o resultado.

Art. 10º Ficam nomeados para compor a CGD/PMSC os membros que já integram a Comissão Permanente de Proteção de Dados da PMSC, designados através do Ato 869/PMSC/2024.

Art. 11º Poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão representantes de quaisquer órgãos ou entidades públicas ou privadas, bem como consultores técnicos especializados no assunto a ser tratado, sem direito a voto.

Art. 12º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis – SC, 16 de dezembro de 2024.

[documento assinado eletronicamente]
AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1047194

Portaria nº 1017/PMSC de 11/12/2024.

DESIGNO, com base no art. 107 da Constituição do Estado de SC; c/c o art. 1º, parágrafo 2º da LC nº 380/07; c/c o art. 7º, parágrafo único do Decreto Estadual nº 1274/21 para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, no **604 -INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA no município de FLORIANÓPOLIS/SC - CARLA DUARTE SILVA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 923121-8, à contar de 17/12/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1047177

Portaria nº 1018/PMSC de 16/12/2024.

DISPENSO, com base no Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, DENILSON JOSE BRANCO, 3º SARGENTO PM RR Mat. 919012-0, à contar de 01/01/2025.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1047202

Portaria nº 1019/PMSC de 16/12/2024.

DISPENSO, com base no Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, PAULO RICARDO CARDOSO LUIZ, 3º SARGENTO PM RR Mat. 908416-9, à contar de 06/01/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1047203

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC69383/2024. **PARTÍCIPE**S: Município de Rancho Queimado e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 16 de dezembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** Cleci Aparecida Veronezi, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1047374

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC45863/2024. **PARTÍCIPE**S: Município de Palma Sola e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 16 de dezembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** Cleomar José Mantelli, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1047383

Extrato nº 1009 - 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul do Termo de Embargo nº 18416-E, Auto de Infração Ambiental nº 14188-E, aplicado em 19/11/2024, situado no município de Santa Terezinha, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula nº 7076, Cartório da comarca de Rio do Campo, abrangendo 0,94ha (zero vírgula noventa e quatro hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 599025 | 7036229;), Processo GAIA 21230202483730 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00070821/2024. CARSC-4215679-606C.D987.859D.4DBE. BA38.5694.644B.13E7

Cod. Mat.: 1047176

Processo SGP-E PMSC 63869/2024 (Jaguaruna)
Processo SGP-E PMSC 653869/2024 (Capivari de Baixo)

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado para apurar possíveis irregularidades contratuais atribuídas à empresa SERVTEC SOLUÇÕES EM SEGURANÇA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.586.327/0001-97, na execução dos contratos nº 046/CMIO/DALF/PMSC/2023 e nº 077/CMIO/DALF/PMSC/2024.

Conforme os autos, a empresa encontra-se inadimplente em suas obrigações contratuais, pois os prazos para execução dos serviços contratados estão em atraso. O contrato nº 046/2023 está atrasado desde 31/01/2024, totalizando quase um ano de atraso. Já o contrato nº 077/2024 encontra-se em mora desde 19/08/2024. Diante das irregularidades apontadas pelo Fiscal do Contrato, Soldado PM e Engenheiro Civil Raphael Antunes Tomich Silva, foi determinada a instauração dos respectivos processos sancionadores, com as Portarias publicadas no Diário Oficial do Estado (edição nº 22380, página 10, e edição nº 22388, página 16). Em 08 de novembro de 2024, a empresa foi regularmente intimada a apresentar defesa e indicar as provas que pretendia produzir. No dia 18 do mesmo mês, a processada enviou um e-mail requerendo a suspensão do processo, comprometendo-se a reiniciar os trabalhos nos quartéis de Jaguaruna e Capivari de Baixo em 25/11/2024 e concluí-los até 20/12/2024. O pedido foi analisado e deferido, com o alerta de que não haveria prorrogação dos prazos, salvo por motivo devidamente justificado.

Em 09 de dezembro de 2024, a empresa requereu nova prorrogação, solicitando prazo até 05/03/2025 para finalizar os serviços. Os fundamentos apresentados basearam-se na incapacidade de gestão e organização da própria empresa, incluindo a ausência de mão de obra especializada e deficiência administrativa, fatores que são exclusivamente de sua responsabilidade.

O pedido foi indeferido, sendo concedido novo prazo de três dias para que a empresa apresentasse defesa e as provas que pretendesse produzir. Inconformada, a empresa apresentou pedido de reconsideração, propondo duas novas datas para conclusão dos serviços: 31/01/2025 para Jaguaruna e 28/02/2025 para Capivari de Baixo. O pedido foi novamente indeferido, mantendo-se a decisão anterior.

Em 13 de dezembro de 2024, a empresa protocolou sua defesa, assinada pelo representante legal. No entanto, não apresentou fatos ou argumentos diferentes dos já constantes nos autos, reiterando apenas o pedido de reconsideração e solicitando novo prazo para executar os serviços em atraso.

Não havendo qualquer produção de prova requerida, o processo encontra-se apto para decisão. É o relatório necessário.

1. Do devido processo legal.

No processo administrativo sancionador previsto pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a defesa prévia é o direito assegurado ao interessado de apresentar suas razões antes da imposição de sanções administrativas. Trata-se de um aspecto

fundamental do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, consagrado no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. A defesa prévia consiste na oportunidade dada ao acusado, dentro de um processo administrativo sancionador, de impugnar os fatos e fundamentos alegados pela Administração Pública, apresentar documentos, indicar provas, e produzir argumentos jurídicos e fáticos que possam afastar ou mitigar a penalidade proposta.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro aborda o tema ao destacar a importância do contraditório e da ampla defesa no âmbito dos processos administrativos: "O contraditório e a ampla defesa representam garantias constitucionais que asseguram ao administrado a possibilidade de participar do processo, seja para influir na formação da decisão, seja para impedir que sejam adotadas medidas contrárias aos seus interesses sem que lhe seja dada a oportunidade de se manifestar. Trata-se de corolários do princípio do devido processo legal, aplicáveis a qualquer espécie de processo administrativo que possa culminar na imposição de sanções." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021, p. 698.)

No caso em tela, a ampla defesa foi devidamente assegurado a empresa, embora não tenha apresentados argumentos que afaste a responsabilidade desta pelo atraso em ambos os contratos. Na verdade, a própria processada reconhece sua Inadimplência perante PMSC.

2. Do dever de fiscalizar.

A Administração tem o poder-dever de fiscalizar o contrato. Para tanto deve ser nomeado formalmente um fiscal para verificar a sua correta execução. Não cabe aqui juízo de oportunidade e conveniência do gestor em nomear ou não o fiscal. Esse é o entendimento pacífico na TCU.

A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos. [TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário] Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara] Partindo dessa premissa, o servidor público nomeado para exercer a função de fiscal de contrato público tem a obrigação legal, sob pena de responsabilização, de notificar sempre que entender que a contratada está descumprindo com suas obrigações. E ainda mais, se verificada possível irregularidade, o fiscal deve encaminhar o fato a quem de direito para analisar e, se for o caso, instaurar o procedimento apuratório/sancionador.

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de uma inadimplência/descumprimento contratual, não é um ato discricionário, é um poder-dever.

Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma inadimplência/descumprimento contratual, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis. Corroborando com o que foi dito, a lei n. 8.666, antiga lei de licitações, que rege os contratos em voga, traz vários dispositivos que impõem ao administrador público o dever de aplicar as sanções decorrentes de comportamentos que violem a Lei ou o contrato, dos quais é possível citar alguns importantes cuja base legal está disposta nos art. 41, 76, 77, 81, 86, 87, dentre outros.

3. Do mérito.

A análise dos autos comprova que a empresa SERVTEC Soluções em Segurança e Serviços Especializados Ltda. incorreu em inadimplência grave nos contratos nº 046/CMIO/DALF/PMSC/2023 e nº 077/CMIO/DALF/PMSC/2024. A conduta reiterada de atraso na execução das obrigações contratuais, somada à ausência de justificativas plausíveis, exige a aplicação de penalidades proporcionais à gravidade da infração e necessárias para resguardar o interesse público.

Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, são previstas sanções administrativas que podem ser aplicadas em caso de inadimplemento contratual, incluindo: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

A aplicação dessas sanções deve observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, conforme ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro: "As sanções administrativas constituem instrumentos importantes para assegurar a observância das cláusulas contratuais e o cumprimento das obrigações pelo contratado, devendo ser aplicadas de maneira proporcional ao dano causado e à gravidade da infração cometida." (Direito Administrativo, 2021, p. 750).

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) reforça a legali-

dade e proporcionalidade da suspensão de licitar como medida sancionatória em casos de inadimplência grave:

"A sanção de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, quando devidamente fundamentada e precedida de contraditório, é adequada para proteger o interesse público e promover a eficiência nos contratos administrativos." (TJSC, Apelação Cível nº 5005632-14.2021.8.24.0023, Rel. Des. Luiz Fernando Boller, j. 25/10/2023).

Ainda, em outro precedente:

"A penalidade de suspensão é compatível com a gravidade da conduta e visa preservar a Administração Pública de riscos futuros decorrentes da reincidência de práticas contratuais inadequadas." (TJSC, Apelação Cível nº 5042851-75.2022.8.24.0038, Rel. Des. Robson Luz Varella, j. 05/09/2023).

A morosidade na execução contratual prejudica o interesse público, pois impede a utilização do imóvel reformado e impacta negativamente a eficiência na prestação de serviços pela Administração. De acordo com o princípio da supremacia do interesse público, a Administração Pública deve sempre agir em prol do coletivo. A manutenção de contratos com prazos excessivamente dilatados, em decorrência de problemas de gestão interna do contratado, afronta esse princípio, além de comprometer a economicidade e a moralidade administrativa.

No mesmo sentido, a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro enfatiza que:

"O poder discricionário deve ser exercido em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente a proporcionalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público sobre o privado" (Direito Administrativo, 33ª ed., 2020).

Nessa esteira, considerando os atrasos reiterados e injustificados na execução contratual, bem como o prejuízo causado à Administração Pública, aplicam-se como sanção administrativa as seguintes punições:

1. Multa pecuniária no percentual de 20% sobre o valor dos contratos:

- Contrato nº 046/CMIO/DALF/PMSC/2023 (Jaguaruna): R\$ 23.666,50 (20% de R\$ 118.332,52).
- Contrato nº 077/CMIO/DALF/PMSC/2024 (Capivari de Baixo): R\$ 3.792,40 (20% de R\$ 18.962,00).

2. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de dois anos, em conformidade com o art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

No presente caso, além da aplicação da multa, a conduta reiterada de descumprimento contratual evidencia a inaptidão da empresa para contratar com a Administração Pública. Tal conduta configura afronta direta aos princípios da moralidade e eficiência que regem a atividade administrativa, conforme previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho pontua que "a aplicação de sanções administrativas busca assegurar a observância do interesse público, punindo condutas que comprometam a integridade do contrato administrativo e a confiança na Administração Pública" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19ª ed., 2021).

Assim, resta plenamente justificada a imposição da penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo fixado, como medida proporcional e necessária à gravidade do caso.

4. Da Suspensão dos pagamentos.

Por fim, com base na cláusula nona, inciso VII, dos contratos, determino que os pagamentos devidos à empresa fiquem suspensos, considerando que o pactuado entre as partes prevê que: "Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual."

Assim, o pagamento permanecerá condicionado à comprovação, por parte da empresa, do adimplemento da multa pecuniária imposta, sob pena de ter os valores retidos.

Essa retenção encontra respaldo não apenas no contrato firmado entre as partes, mas também na Lei n. 8.666/93, em especial no § 3º do art. 86, que dispõe:

"Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente." A retenção de valores devidos como forma de garantia ao cumprimento de penalidades impostas encontra suporte na doutrina. Sobre o tema, Marçal Justen Filho esclarece que:

"A Administração Pública, em cumprimento aos princípios da moralidade e do interesse público, deve adotar medidas eficazes para assegurar o adimplemento de obrigações por parte dos contratados. A retenção de créditos devidos ao contratado constitui instrumento legítimo e adequado, especialmente quando prevista no contrato e na legislação, para resguardar o erário contra prejuízos decorrentes

de inadimplência ou sanções aplicadas." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19ª ed., 2021).

Dessa forma, a medida adotada demonstra-se não apenas legal, mas necessária e proporcional, assegurando o equilíbrio contratual e a proteção dos recursos públicos.

5. Determinações

Fica a cargo da Seção de PAIC o cumprimento das seguintes providências:

1. Publicar a presente decisão no Diário Oficial do Estado (DOE).
2. Intimar a empresa da decisão, concedendo prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso hierárquico, conforme art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/93.
3. Inserir a decisão no Cadastro de Penalidades (CADPEN).
4. Não havendo recurso, emitir guia de depósito identificado para recolhimento da multa no prazo de 10 (dez) dias corridos.
5. Havendo interposição de recurso, certificar sua tempestividade e remeter o processo ao Comandante-Geral para análise, após juízo de admissibilidade.
6. Após o prazo para recolhimento da multa, caso não seja quitada, reter o valor devido nos pagamentos futuros. Se o valor retido for insuficiente, requerer a inscrição da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina (CDA).
7. Informar ao Chefe do CMIO sobre a presente decisão, especialmente para assegurar que os valores devidos (pendente de certificação) não sejam lançados, salvo se o multa for recolhida em sua integralidade.
8. Por fim, determino que o Chefe do CMIO providência imediatamente a rescisão unilateral dos contratos, publicando em DOE.

Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Ronaldo da Silva Cruz

Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 1046960

Polícia Civil

PORTARIA Nº 349/DIAF/DGPC/PCSC, de 16/12/2024

O COORDENADOR ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a portaria nº 2533/GAB/DGPC/PCSC de 20/09/2024, publicada no DOE/SC nº 22360 de 24/09/2024, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Delegado de Polícia **JOÃO DA CUNHA NETRO** matrícula nº 0650.219-9-01, como Gestor e o Agente de Polícia **PAULO CÉSAR HEIDT**, matrícula nº 0609.145-8-01, como Fiscal Titular dos Contratos nº 367/SECOA/PCSC/2024 e nº 368/SECOA/PCSC/2024, processo SGPe PCSC 48904/2024.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia

Coordenador Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047065

PORTARIA Nº 351/DIAF/DGPC/PCSC, de 16/12/2024

O COORDENADOR ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a portaria nº 2533/GAB/DGPC/PCSC de 20/09/2024, publicada no DOE/SC nº 22360 de 24/09/2024, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** a Escrivã de Polícia **ANA AMÉLIA NOGUEIRA DO LAGO AMARAL**, matrícula nº 0644.027-4-01, como Fiscal Titular e o Escrivão de Polícia **IVANDRO DE LIMA**, matrícula nº 0974.246-8-01, como Fiscal Suplente da Autorização de Serviço nº 379/SECOM/PCSC/2024, processo SGPe PCSC 92910/2024.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia

Coordenador Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047094

PORTARIA Nº 352/DIAF/DGPC/PCSC, de 16/12/2024

O COORDENADOR ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a portaria nº 2533/GAB/DGPC/PCSC de 20/09/2024, publicada no DOE/SC nº 22360 de 24/09/2024, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Escrivão de Polícia **EVERTON WIEZBICKI**, matrícula nº 0655.737-6-01, como Gestor, o Agente de Polícia **LUCIANO PAES CALDAS**, matrícula nº 0644.445-8-01,

como Fiscal Titular e o Agente de Polícia **JULIO LUAN SERAFIM TARTER**, matrícula nº 0992.374-8-01, como Fiscal Suplente do Contrato nº 360/SECOA/PCSC/2024, processo SGPe PCSC 83864/2024.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia

Coordenador Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047303

PORTARIA Nº 350/DIAF/DGPC/PCSC, de 16/12/2024

O COORDENADOR ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a portaria nº 2533/GAB/DGPC/PCSC de 20/09/2024, publicada no DOE/SC nº 22360 de 24/09/2024, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Delegado de Polícia **DANIEL FERREIRA DIAS**, matrícula nº 0392.470-0-01, como Gestor, o Agente de Polícia **JOSÉ PEDRO GUEDES QUINTELLA**, matrícula nº 0609.056-7-01, como Fiscal Titular e o Agente de Polícia **ESTER SAGÁS MAGALHÃES**, matrícula nº 0379.068-1-01, como Fiscal Suplente do Contrato nº 383/SECOA/PCSC/2024, processo SGPe PCSC 15839/2024.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia

Coordenador Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047265

PORTARIA Nº 555/PCSC/DGPC/CORPC, DE 16/12/2024.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do art. 224 da Lei 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina e dos arts. 3º, § 3º e art. 16 a 24 da LC nº 491/2010, resolve **DESIGNAR** os servidores **Paulo Henrique Ferreira de Deus**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658.299-0 e **Luis Felipe Del Solar Fuentes**, Delegado de Polícia de Entrância Especial, matrícula nº 356.694-3, ambos Policiais Cíveis de Santa Catarina, para comporem Comissão de Sindicância Acusatória, a ser presidida pelo primeiro, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, com a finalidade de apurar eventual cometimento de infração disciplinar atribuída a **F.G.G.** escrivão de polícia civil, classe VIII, matrícula nº 392.443-2, conforme apurado na sindicância investigativa nº 267/2024. Em síntese, consta nos referidos autos que o referido servidor faltou ao plantão noturno de 04/08/2024 (domingo), embora estivesse devidamente escalado para tanto. Assim agindo, o sindicato **F. G.G.** teria incorrido na infração administrativa disciplinar prevista no **artigo 207, V (permutar serviço sem expressa autorização da autoridade competente ou faltar ao serviço para o qual foi escalado) c/c art. 204, “caput”, ambos da Lei estadual nº 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina.

Alessandro de Sousa Isoppo

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047118

PORTARIA Nº 556/GAB/CORPC/PCSC de 16/12/2024.

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado Corregedor-Geral da Policial Civil, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos dos artigos 3º, §3 e 16 a 24, todos da Lei Complementar 491/2010 e artigo 224 da Lei n. 6843/86, determina a instauração de Sindicância Acusatória, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, designando os Servidores **Gustavo Kaiber**, Delegado de Polícia Civil de Entrância Final, matrícula nº 658.316-4 e **Maurício Lombardo Evangelista**, Escrivão de Polícia Civil Classe VIII, matrícula nº 393.351-2, para comporem Comissão de Sindicância a ser presidida pelo primeiro, com a finalidade de apurar possível cometimento de infração disciplinar, atribuída ao servidor **B.E.D.**, Agente de Polícia Civil, Classe VIII, matrícula 650.270-9, por ter, em tese, agido de forma descuidada em relação a cautela de material tático que lhe foi confiado o qual restou extraviado ou perdido. Fatos estes que se confirmados, poderão configurar violação aos preceitos contidos no artigo **208, inciso VIII** (agir, no exercício das funções, com displicência, deslealdade ou desleixo) da **Lei 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Alessandro de Sousa Isoppo

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047241

PORTARIA Nº 557/GAB/CORPC/PCSC de 16/12/2024

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 40/2024**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 980.894-9, mandado instaurar pela Portaria nº 519/GAB/CORPC/PCSC, de 02/12/2024, publicada no DOE nº 22.410, de 05/12/2024, com efeitos a contar do dia 04/01/2025.

Alessandro de Sousa Isoppo

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1047248